

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 10/04/2013 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos - Denominações

1) PL 150/2011	Ver. QUITO FORMIGA (PR); Ver. AGNALDO TIMÓTEO (PR); Ver. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR); Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB); Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS); Ver. CARLOS APOLINARIO (PMDB); Ver. CLÁUDIO PRADO (PDT); Ver. ALFREDINHO (PT); Ver. SENIVAL MOURA (PT); Ver. DONATO (PT); Ver. JOSÉ FERREIRA (ZELÃO) (PT); Ver. FRANCISCO CHAGAS (PT); Ver. CARLOS NEDER (PT); Ver. JOSE AMERICO (PT); Ver. ITALO CARDOSO (PT); Ver. ADILSON AMADEU (PTB); Ver. PAULO FRANGE (PTB); Ver. CELSO JATENE (PTB); Ver. RICARDO TEIXEIRA (PV); Ver. NATALINI (PV); Ver. DALTON SILVANO (PV); Ver. ABOU ANNI (PV); Ver. JUSCELINO GADELHA (PSB); Ver. ELISEU GABRIEL (PSB); Ver. NOEMI NONATO (PSB); Ver. WADIIH MUTRAN (PP); Ver. ATTILA RUSSOMANNO (PP); Ver. MARTA COSTA (PSD); Ver. USHITARO KAMIA (PSD); Ver. SOUZA SANTOS (PSD); Ver. MILTON FERREIRA (PSD); Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD); Ver. DOMINGOS DISSEI (PSD); Ver. EDIR SALES (PSD); Ver. MARCO AURELIO CUNHA (PSD); Ver. DAVID SOARES (PSD); Ver. CLAUDIO FONSECA (PPS); Ver. NETINHO DE PAULA (PC DO B); Ver. JAMIL MURAD (PC DO B); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. SALOMÃO (PSDB); Ver. ANIBAL DE FREITAS FILHO (PSDB); Ver. FLORIANO PESARO (PSDB); Ver. JOSÉ ROLIM (PSDB); Ver. TIÃO FARIAS (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. GILSON BARRETO (PSDB)	Votação: ADIADO			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)			
		Ver. DALTON SILVANO (PV)			
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)			
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)			
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)			
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)			
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)			
DENOMINA PONTE ESTAIADA INSTITUTO DE ENGENHARIA, O LOGRADOURO PÚBLICO SEM DENOMINAÇÃO, SITUADO NOS DISTRITOS DE BOM RETIRO E SANTANA, RESPECTIVAMENTE NAS SUBPREFEITURAS DA SÉ E SANTANA.					
Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs:					

2) PL 24/2012	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DENOMINA VIAD. FRANCISCO NIETO MARTIN, A OBRA VIÁRIA INOMINADA, ERIGIDA SOBRE A MARGINAL DO RIO TIETÊ, COM INÍCIO NA PISTA EXPRESSA, SENTIDO ROD. AYRTON SENNA, PROLONGANDO-SE SOBRE A PISTA LOCAL, QUE DÁ ACESSO À AV. SALIM FARAH MALUF, SENTIDO ROD. ANCHIETA, DISTR. DO TATUAPÉ, SUBPREFEITURA DA MOOCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Relator: Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs:					

3) PL 272/2012	Ver. PAULO FRANGE (PTB)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DENOMINA GERSUMIRO DOS SANTOS CARREIRA, A PRAÇA SITUADA ENTRE AS RUAS MIGUEL DE CASTRO, NIGELA E AGAVE, NA VILA RAMOS, DISTRITO DE ITAQUERA.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs:					

4) PL 313/2012	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DENOMINA PRAÇA ARMINDO MAZARO, O LOGRADOURO INOMINADO, DELIMITADO PELAS RUAS: DR. CRISTIANO ALTENFELDER SILVA E CASTRO TEIXEIRA, BAIRRO E DISTRITO DE VILA CARRÃO SUBPREFEITURA ARICANDUVA/CARRÃO/FORMOSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs:					

Projetos

5) PL 180/2012	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DISPÕE SOBRE A INTERNET MÓVEL WI FI NOS TRANSPORTES PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Obs:					

6) PL 284/2012	Executivo - GILBERTO KASSAB	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DESINCORPORA DA CLASSE DOS BENS DE USO COMUM DO POVO ÁREA MUNICIPAL DENOMINADA TRAVESSA AMADOR MARTIN, SITUADA NO DISTRITO DE ÁGUA RASA, E AUTORIZA SUA ALIENAÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE LICITAÇÃO, AO ÚNICO PROPRIETÁRIO DOS IMÓVEIS LINDEIROS. Relator: Ver. TONINHO PAIVA (PR) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Obs: Vistas Vereador Carlos Neder					

7) PL 341/2012	Ver. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	Votação: ADIADO			
DISPÕE SOBRE CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO AOS LOCAIS DE REUNIÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. TONINHO PAIVA (PR) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)			
		Ver. DALTON SILVANO (PV)			
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)			
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)			
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)			
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)			
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)			
Obs:					

8) PL 357/2012	Ver. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DESFILE CÍVICO DE MARSILAC, A SER REALIZADO ANUALMENTE NO DIA 1º DE SETEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Obs:					

Requerimentos

9) REQ. URB 4/2013	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 03/04/2013	
<p>Considerando a Lei 15.234 de 1º de julho de 2010, que “ Institui, nos termos do art. 182, § 4º da Constituição Federal, os instrumentos para o cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana no Município de São Paulo e dá outras providências”.</p> <p>Considerando o artigo 182 da Constituição Federal, que toda “política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público municipal”, tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.</p> <p>Considerando a Lei Federal 10257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, ao disciplina o Capítulo II – Da Política Urbana, da Constituição Federal (artigo 182 e 183), estabelece, em seus artigos 7º e 8º, a disciplina do imposto predial progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento de títulos pela Municipalidade.</p> <p>Considerando que o PDE em seu artigo 202 estabeleceu a utilização do imposto predial e territorial progressivo no tempo, “caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos no artigo anterior, o Município aplicará alíquotas progressivas de IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar conforme o caso”. Estabelece ainda, no seu §1º desse dispositivo, que lei específica “baseada no artigo 7º da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e a aplicação deste instituto”.</p> <p>Considerando que o mesmo PDE: em seu artigo 203 prevê que, decorridos “os cinco anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública”. E também nessa hipótese, o PDE remete a disciplina autônoma para que possa ocorrer a desapropriação, esta em consonância com o artigo 8º da Lei Federal nº10.257, de 10 de julho de 2001.</p> <p>Considerando que após a publicação da Lei da Função Social da Propriedade , a Comissão Intersecretarial constituída pela Portaria 542/11-PREF de 17 de maio de 2011, em conformidade com o disposto no art. 5º do Decreto 51.920, de 11 de novembro de 2010, publicou o Cadastro Preliminar de 1053 Imóveis na Cidade de São Paulo com indícios de enquadramento nas disposições da Lei - e realizou o chamamento prévio dos seus proprietários para apresentação de solicitação de desenquadramento, se assim o desejassem.</p> <p>Considerando que segundo informações extraoficiais apenas cerca de 500 proprietários manifestaram-se após a comunicação;</p> <p>Considerando que o prazo para justificação e/ou regularização das primeiras comunicações deve encerrar-se neste semestre;</p> <p>Considerando a necessidade de garantir a sustentabilidade do município, a otimização e eficiência dos recursos públicos investidos em infraestrutura e equipamentos públicos e a justiça social na cidade, objetivos para os quais a referida lei é elemento fundamental para garantir o direito à cidade;</p> <p>Considerando o déficit habitacional de mais de um milhão de famílias sem residência e aproximadamente dois milhões residindo em condições precárias enquanto imóveis reservados para fins especulativos não cumprem a sua finalidade social, ao arrepio da constituição e do Estatuto das Cidades;</p> <p>REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Comissão seja oficiado ao Executivo solicitando as seguintes informações relativas ao cumprimento da lei supramencionada:</p> <p>Quantos e quais dos proprietários comunicados responderam à comunicação e quais deles apresentaram justificativas compatíveis com a referida lei?</p>	

Quais medidas previstas na lei serão adotadas em relação aos demais?
Quando serão feitas as notificações para os imóveis mencionados relativas ao cumprimento dos prazos legais previstos?
Quando serão emitidas notificações, em especial para os imóveis já comunicados publicamente?
Quando será comunicada publicamente os demais imóveis que não cumprem a função social da propriedade?

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

10) REQ. URB 5/2013	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 03/04/2013	

Considerando a desapropriação do imóvel à Avenida Bento Guelfi, 2080 - 3ª Divisão, no distrito do Iguatemi - anunciada pelo Executivo Municipal na semana passada como alternativa para evitar a reintegração de posse catastrófica que poderia ocorrer;
Considerando a necessidade de garantir às 700 famílias atingidas pela medida o direito à moradia digna, em condições adequadas e com acesso a serviços públicos;
Considerando o direito das famílias à regularização futura da sua posse e transformação da mesma em propriedade no devido prazo legal, assegurando assim a plena justiça social e a solução definitiva para a questão;
Considerando que a área em questão está distribuída entre diversas zonas diversas de uso e ocupação do solo;
Considerando que é dever do poder público respeitar a legislação existente em relação a estes usos;
REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta comissão seja oficiado ao Executivo Municipal a solicitação das seguintes informações:
Qual é a delimitação do perímetro da área declara de utilidade pública?
Qual ou quais zonas de uso estão contidas no perímetro?
Qual é o prazo previsto para a apresentação do projeto urbanístico para a regularização da ocupação e sua transformação em loteamento regular?
Caso existam Zepags e Zepam na área abrangida pela desapropriação, quais as medidas mitigadoras e compensatórias o Executivo pensa adotar?
Quais equipamentos públicos o Executivo pretende construir ou ampliar no distrito para garantir o atendimento do aumento da demanda para garantir as condições adequadas para as 700 famílias?

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 10/04/2013 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

11) REQ. URB 6/2013	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 03/04/2013	

Considerando que o processo de reintegração de posse do imóvel à Avenida Bento Guelfi, 2080 - 3ª Divisão, no distrito do Iguatemi - poderia ter resultado em uma grande catástrofe humanitária caso não tivesse havido a interferência do poder público;

Considerando a necessidade de um planejamento e acompanhamento mais próximo destes graves problemas humanos causados pelo déficit habitacional da cidade, reservas de áreas com fins especulativos e dificuldade do poder público de efetivar um controle funcional da questão;

Considerando a necessidade desta Comissão e da Câmara Municipal como um todo monitorar mais de perto estas situações com a devida antecedência, contribuindo para buscar as soluções e evitar as situações de risco e conflito no qual os direitos individuais e coletivos possam ser desrespeitados;

Considerando a necessidade de dimensionar as situações futuras nas quais possam ocorrer casos semelhantes e elaboração de planos de contingência para propor ações concretas para minimizar os problemas que delas decorrerão;

Considerando a necessidade deste Comissão acompanhar in loco estas situações e contribuir para uma solução adequada dos conflitos, preservados os direitos dos cidadãos;

REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à Presidência desta douta Comissão seja oficiado ao Poder Judiciário para que o mesmo informe as ações de reintegração de posse em curso nas varas paulistanas, bem como as já julgadas com data de execução já marcadas para este ano.

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

12) REQ. URB 7/2013	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 03/04/2013	

Considerando que o debate sobre o Plano Diretor Estratégico é o grande momento no qual os paulistanos podem exercer em maior profundidade seu mais essencial direito de cidadania que é participar do processo decisório sobre o futuro que se deseja para a cidade;

Considerando as esclarecedoras informações trazidas à sociedade pelo prefeito, pelo secretário Fernando de Mello Franco e pelo diretor do Departamento de Urbanismo Kazuo Nakano, no evento organizado pelo Fórum Suprapartidário por uma São Paulo Saudável e Sustentável no início do ano;

Considerando que no referido evento o prefeito apontou que o plano aprovado em 2002 precisa ser aperfeiçoado e “todo subsídio da sociedade é bem-vindo” e a administração também demonstrou todo seu espírito democrático e respeito à opinião da sociedade ao não apresentar propostas específicas sobre as mudanças que considera necessárias para que “os conteúdos da revisão do Plano Diretor, nós vamos construir juntos”, nas palavras do Diretor do Departamento de Urbanismo.

Considerando que a proposta de realização de duas rodadas de discussão com a sociedade para a coleta das propostas e devolutivas “para informar aos participantes como suas contribuições estão sendo incorporadas” certamente enriquecerá muito a análise crítica capaz de apontar, como foi dito pelo diretor, “o que deu certo e o que deu errado” no PDE de 2002 e assim aprimorá-lo e consolidar a experiência acumulada.

Considerando também a apresentação feita pelo Secretário sobre o “Arco do Futuro” tema diretamente ligado ao PDE e que pelas linhas gerais pode realmente transformar-se de um projeto de governo em um projeto de Estado conjugado ao PDE, após ganhar conteúdo trazido pela sociedade.

Considerando que na escala dos distritos a participação popular se dá de forma mais completa, pois os cidadãos tem maior conhecimento das demandas e vivência do território e ao mesmo tempo nesta escala já existem todos os dados secundários necessários ao planejamento coletados;

REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Comissão seja oficiado ao Executivo e ao Fórum Suprapartidário por uma Cidade Saudável e Sustentável o pedido desta comissão para que as esclarecedoras apresentações mencionadas sejam realizadas em todos os distritos e as audiências de avaliação, de propostas e devolutivas relativas ao Plano Diretor sejam realizadas em cada um dos 96 distritos.

Votação: ADIADO

	Favor	Contra	Abst.
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)			
Ver. DALTON SILVANO (PV)			
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)			
Ver. NABIL BONDUKI (PT)			
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)			
Ver. PAULO FRANGE (PTB)			
Ver. TONINHO PAIVA (PR)			

13) REQ. URB 8/2013

Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)

Data do Requerimento: 03/04/2013

Considerando que a revisão do Plano Diretor Estratégico para ser produtiva deve começar a avaliar o PDE aprovado em 2002 a partir dos seus conceitos fundamentais que o estruturam e definem;

Considerando que a correta aplicação do conceito da Função Social da Propriedade tal como estabelecida pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto das Cidades de 2001 é o mais central dos conceitos que devem definir as linhas gerais do PDE;

Considerando que o princípio de "Solo Criado" não só é a concepção de função social da propriedade mais consistentes e embasada na doutrina jurídica quanto é a visão que norteou a estruturação do PDE de 2002;

Considerando que a adoção do Potencial Básico Único, derivada da doutrina do "Solo Criado", era elemento essencial do PDE de 2002 mas teve sua implementação adiada em nome de uma "regra de transição" estabelecendo potenciais diversos para regiões e tipologias, adiando a passagem das concepções arcaicas patrimonialistas ao novo modelo constitucional de função social da propriedade;

Considerando que a remoção do Potencial Básico Único causou profundas distorções no PDE, até pelo sua condição de conceito estruturante, em especial a anulação de fato dos benefícios urbanísticos, sociais e de planejamento previstos pelo benefício econômico dado às áreas e tipologias – notadamente a tipologia r2v – contempladas com o dobro do potencial construtivo gratuitamente, competindo deslealmente com o multiplicador de potencial construtivo dado àqueles benefícios, em particular nos incentivos dados às Zeis;

Considerando que neste momento de início dos debates da revisão do PDE é de fundamental importância que a adoção, finalmente, do Potencial Básico Único seja debatida em toda sua relevância, refletindo-se sobre as consequências da sua adoção ou novo retardamento da transição e portanto tanto os agentes públicos quanto a sociedade civil tenham plena consciência da opção que seja adotada;

REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Comissão que se promovam debates, já a partir da próxima semana, sobre o Potencial Básico Único, convidando, entre outras autoridades, o urbanista Jorge Wilhem, Secretário à época da elaboração do PDE 2002, e o ex-ministro do STF Eros Grau, um dos principais conceituadores da doutrina do Solo Criado.

Votação: APROVADO

	Favor	Contra	Abst.
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA COPA

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE